

3060

REGINA HELENA COSTA



IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

*Teoria e Análise
da Jurisprudência do STF*

*2ª edição,
revista e atualizada*

MANDAMENTOS
Livraria

www.mandamentos.com.br

(31) 3213 2777-3213 4349

Rua Goitacases, 82 - Centro - BH - MG

Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo. (1Jo 2:1)

**MALHEIROS
EDITORES**

SUMÁRIO

<i>Nota à 2ª edição</i>	5
<i>Prefácio</i>	7

I – INTRODUÇÃO

1. Apresentação	21
2. Metodologia de trabalho	23

II – ESCORÇO HISTÓRICO

1. Precedentes das exonerações tributárias	25
2. As imunidades tributárias no Brasil	27

III – NATUREZA JURÍDICA E CONCEITO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

1. Definições doutrinárias	32
2. A imunidade tributária como “limitação constitucional ao poder de tributar”	33
3. A imunidade tributária como princípio constitucional	36
4. A imunidade tributária como “hipótese de não-incidência constitucionalmente qualificada”	38
5. A imunidade tributária como “exclusão” ou “supressão” da competência tributária	42
6. A imunidade tributária como categoria referida a circunstâncias extrajurídicas	43
7. A imunidade tributária como exoneração exclusivamente aplicável a impostos	44
8. Relação jurídica atingida pela norma imunizante	47
9. Nosso conceito	49
10. Compostura da norma imunizante	52

IV – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E IMUNIDADE	
1. Poder tributário e competência	54
2. Características comuns da competência tributária e da imunidade	55
3. Características específicas da norma imunizante	57
4. Utilização de conceitos de outros ramos do Direito na definição da competência e da imunidade tributárias	59
V – FUNDAMENTOS GENÉRICOS DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	
1. Analiticidade constitucional	63
2. Rigidez constitucional e cláusula pétrea	66
3. Preservação de valores relevantes para a sociedade e o Estado ..	68
VI – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS	
1. Conceito de direitos fundamentais	75
2. O exercício dos direitos fundamentais e a tributação	77
3. A imunidade tributária como direito fundamental e como instrumento de proteção de outros direitos fundamentais	82
VII – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	
1. Definição do conceito de capacidade contributiva	84
2. Eficácia do princípio	85
3. Capacidade econômica, capacidade contributiva e imunidade tributária	86
4. Identificação do beneficiário da imunidade tributária	89
VIII – EFICÁCIA E APLICABILIDADE DA NORMA IMUNIZANTE E O PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR	
1. Destinatários da norma imunizante	91
2. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	92
3. Normas constitucionais imunizantes e normas constitucionais suporte da outorga de isenções	93
4. Normas imunizantes de eficácia plena e de eficácia contida	95
5. O papel da lei complementar em relação às imunidades tributárias	97
6. Normas imunizantes que ensejam a intervenção do legislador complementar	102

IX – IMUNIDADE E ISENÇÃO: DESMISTIFICAÇÃO DA SIMILITUDE	
1. Pontos comuns entre imunidade e isenção	104
2. Preceito constitucional embaixador da isenção	106
3. Notas distintivas	108
X – INTERPRETAÇÃO DA NORMA IMUNIZANTE	
1. Interpretação das normas constitucionais	111
2. Interpretação da norma imunizante	114
3. Interpretação das imunidades genéricas e das imunidades específicas	116
XI – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	
1. Princípios jurídicos	118
2. Relacionamento entre a imunidade tributária e os princípios constitucionais	119
↪ 3. Isonomia	120
↪ 4. Princípios federativo e da autonomia municipal	120
5. Princípio republicano	121
6. Supremacia do interesse público sobre o particular	121
7. Impessoalidade	121
8. Moralidade administrativa	122
XII – CLASSIFICAÇÃO DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	
1. As diversas classificações	123
2. Imunidades genéricas e específicas	124
3. Imunidades excludentes e incisivas	124
4. Imunidades subjetivas, objetivas e mistas	125
5. Imunidades ontológicas e políticas	128
6. Imunidades explícitas e implícitas	130
7. Imunidades incondicionadas e condicionáveis	131
XIII – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	
1. Proposta de análise	134
2. Imunidades genéricas	135
→ 2.1 <i>Imunidade recíproca</i> (art. 150, VI, “a”, e §§ 2º e 3º)	
→ 2.1.1 Histórico	135
→ 2.1.2 Fundamentos específicos	137
2.1.3 Abrangência	139
2.1.4 Parâmetros objetivos	139

2.1.5	Extensão às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público	140
2.1.6	Prestação de serviço público de maneira indireta	142
2.1.7	Exclusão da exploração de atividade econômica	146
2.1.8	Impostos alcançados pela imunidade	147
2.1.9	Impostos indiretos	148
2.1.10	Sujeição passiva indireta	153
2.2	<i>Templos (art. 150, VI, "b", e § 4º)</i>	
2.2.1	Histórico	155
2.2.2	Natureza	156
2.2.3	Finalidades essenciais e exploração comercial	157
2.3	<i>Perfil das imunidades contidas no art. 150, VI, "c"</i>	
2.3.1	Pressupostos constitucionais comuns	160
2.3.2	Requisitos de lei	162
2.3.3	Partidos políticos e suas fundações (art. 150, VI, "c", e § 4º)	
a)	Fundamentos e requisitos	169
b)	Finalidades essenciais	170
2.3.4	Entidades sindicais de trabalhadores (art. 150, VI, "c", e § 4º)	
a)	Fundamentos e requisitos	171
b)	Finalidades essenciais	172
2.3.5	Instituições de educação e de assistência social (art. 150, VI, "c", e § 4º)	
a)	Conceitos constitucionais e fundamentos	172
b)	Natureza da imunidade	178
c)	Requisitos de lei	179
d)	Ausência de finalidade lucrativa	180
e)	Generalidade das atividades	181
f)	Gratuidade	182
g)	Finalidades essenciais	184
2.4	<i>Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão (art. 150, VI, "d")</i>	
2.4.1	Fundamentos	186
2.4.2	Extensão	187
2.4.3	Conceito de "livro"	188
2.4.4	Conteúdo da publicação	191
2.4.5	Insumos	192
3.	Imunidades específicas	193
3.1	<i>Impostos</i>	
3.1.1	Imunidade dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagas a pessoa maior de 65 anos	

cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos de trabalho, ao Imposto sobre a Renda	193
3.1.2 Imunidade das exportações de produtos industrializados ao Imposto sobre Produtos Industrializados	195
3.1.3 Imunidade das pequenas glebas rurais ao Imposto Territorial Rural	196
3.1.4 Imunidade das operações que destinem mercadorias para o exterior, bem como dos serviços prestados a destinatários no exterior ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	198
3.1.5 Imunidade das operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias	200
3.1.6 Imunidade do ouro quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial ao Imposto sobre Operações relativas às Circulação de Mercadorias	201
3.1.7 Imunidade das Prestações de Serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita ao Imposto sobre Prestações de Serviços de Comunicação	202
3.1.8 Imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país à exigência de outro imposto, além do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços, do Imposto de Importação, e do Imposto de Exportação	202
3.1.9 Imunidade dos direitos reais de garantia ao Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis	206
3.1.10 Imunidade da transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital e da transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica ao Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis	207
3.1.11 Imunidade das operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária a impostos federais, estaduais e municipais	208

3.2 <i>Taxas</i>	210
3.2.1 Art. 5º, XXXIV, “a” e “b”	211
3.2.2 Art. 5º, LXXIII	212
3.2.3 Art. 5º, LXXIV	214
3.2.4 Art. 5º, LXXVI, “a” e “b”	214
3.2.5 Art. 5º, LXXVII	215
3.2.6 Art. 208, I	216
3.2.7 Art. 226, § 1º	217
3.2.8 Art. 230, § 2º	217
3.3 <i>Contribuições</i>	
3.3.1 Observações introdutórias	218
3.3.2 Imunidade dos proventos de aposentadoria e pensão à contribuição para o custeio da Previdência Social e imunidade dos vencimentos do servidor público à contribuição previdenciária.....	218
3.3.3 Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições para a seguridade social	220
3.3.4 Imunidade dos necessitados da assistência social oficial	226
3.3.5 Imunidades referentes às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico	227
4. Síntese conclusiva	228

XIV – ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Método de pesquisa	231
2. Introdução	232
3. Imunidade recíproca	
3.1 <i>Súmulas</i>	233
3.2 <i>Autarquias</i>	235
3.3 <i>Imposto sobre a Renda e Imposto sobre Operações Financeiras</i>	237
3.4 <i>Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira</i>	238
3.5 <i>Impostos indiretos</i>	239
3.6 <i>Contribuições</i>	245
3.7 <i>Empresa Estatal Prestadora de Serviço Público</i>	245
4. Templos	
4.1 <i>Extensão</i>	246
4.2 <i>Contribuição sindical</i>	247
5. Imunidade das entidades referidas no art. 150, VI, “c”	247

5.1 Partidos políticos e suas fundações	248
5.2 Entidades sindicais de trabalhadores	248
5.3 Instituições de educação e de assistência social: aspectos comuns	
5.3.1 Requisitos de lei	249
5.3.2 Generalidade dos serviços	250
5.3.3 Aplicações financeiras	250
5.4 Instituições de educação	
5.4.1 Gratuidade dos serviços	251
5.4.2 Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	253
5.4.3 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	253
5.5 Instituições de assistência social	
5.5.1 Generalidade dos serviços	254
5.5.2 Gratuidade e entidades fechadas de previdência privada: distinção entre assistência social e previdência social ...	256
5.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Imposto de Importação	263
5.5.4 Imposto sobre a Renda	268
5.5.5 Imposto sobre Prestação de Serviços	268
5.5.6 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e imóveis locados	270
6. Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	
6.1 Periódicos	271
6.2 Serviços de transmissão de anúncios e de propaganda	272
6.3 Serviços utilizados na confecção dos bens tutelados e outros insumos	273
6.4 Listas telefônicas	276
6.5 Álbum de figurinhas	279
6.6 Livro eletrônico	280
7. Rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão	281
8. Operações que destinem ao exterior produtos industrializados	282
9. Operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica	283
10. Contribuições	
10.1 Entidades beneficentes de assistência social	284

10.2 <i>PIS e COFINS nas operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país</i>	289
11. Operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária	292
12. Síntese de uma visão crítica da jurisprudência analisada	293
XV – CONCLUSÕES	297
<i>Bibliografia</i>	309
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	315